

- XIII -**DIREITO À EDUCAÇÃO E A FORMAÇÃO CONTINUADA
DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA
IDADE CERTA (PNAIC) NO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO¹¹**

Elaine Constant (UFRJ)
constant.ela@gmail.com

Jefferson Willian Silva da Conceição (UFRJ)
jeffersonwillian.ufrj@gmail.com

O estudo tem como objetivo analisar os sentidos sobre “direito à educação” em uma política educacional para professores: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Na pesquisa, foram utilizados depoimentos de 12 professores alfabetizadores de 6 municípios do estado do Rio de Janeiro. Estes se mostraram fundamentais, pois, as escolas e seus professores, microcosmos dos direitos humanos, auxiliam na compreensão e interpretação sobre direitos à educação em uma determinada localidade ou regionalidade.

Para alguns, a escola pública é aberta para todos, contudo, estes alegam que se sentem “despreparados” para lidar com a sala de aula. Ainda afirmam a necessidade de um processo formativo, continuado e em serviço, pautado em debates com diferentes atores sociais para compreender as demandas dos alunos. Provavelmente, os professores se referem a “Escola Popular de Massa” que, de acordo com Paiva et. al. (1998), viabilizou a universalização das oportunidades e se difere bastante da Escola Tradicional, pois “inserida em bairros de uma cidade que multiplicou por 3 ou 4 vezes sua população no último meio século, ela integra um sistema escolar gigantesco. O crescimento da cidade gerou uma nova cultura urbana, multiplicou a heterogeneidade entre da urbe, dos bairros e das próprias escolas” (p.45). Assim, as funções tradicionais da escola passaram por transformações nas quais “a rua invade a escola”, trazendo para dentro dela hábitos e comportamentos característicos da cultura das

¹¹ Este estudo contou com a participação dos seguintes colaboradores: Isabella Cavallo, Jefferson Willian, Larissa Leão, Luciana Coimbra, Luciana Rodrigues, Mariana Palmares.

camadas populares (Paiva, 1995). As exigências envolveram os professores e o reconhecimento da necessidade do processo de formação continuada com debate sobre igualdade de oportunidades de sucesso.

Para Ramirez (2000), no nível dos direitos e cidadania, a democracia participativa e popular afirma a liberdade, a igualdade e a humanidade/criatividade como valores que podem reinventar as formas de inclusão social. Assim, promover o direito à educação implica olhar a “ótica dos vencidos” no cotidiano escolar. Mas como se pode observar a tradução disto no contexto educacional?

Na década de 1990, os professores tomaram conhecimento sobre escuta sensível com os alunos. Isto incluía a realização de mudanças nas práticas pedagógicas: como fazê-los vencer o medo de “errar”? Esta questão, ainda é motivo de preocupação entre os professores. De acordo com uma professora, “alguns alunos até se negam a mostrar o que sabe. Mas, só se alfabetiza, porque se descobriu que pode ‘errar’. Não adianta mais classificação na avaliação dos alunos, se não se sabe o que fazer com isto”.

Estas questões são fundamentais para tratar a diversidade na sala de aula. Supõe abandonar práticas curriculares do regime seriado e incorporar o Ciclo. Esta organização do ensino centra-se na possibilidade dos alunos avançarem em sua trajetória escolar, evitando reprovação e repetência. Entretanto, alguns dilemas se apresentam no contexto dos professores: Como assegurar uma “escola para todos”? O Ciclo pode gerar expectativas pedagógicas, curriculares e avaliativas desconhecidas da trajetória profissional, em especial: Como fazer o aluno avançar na trajetória escolar?

Para Mainardes (2007), o Ciclo é uma opção mais apropriada à classe de trabalhadores, pois foi elaborado no contexto das crises do sistema econômico, político ou sociocultural, gerando mudanças no papel do Estado e em seus discursos políticos. Esta concepção vislumbra a democratização da escola e a garantia de acesso e permanência, concebendo-a que esta só se justifica quando explicita a relação de seus objetivos e atividades, consubstanciados em seu currículo.

Esta base curricular, presente no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), caracteriza-se como a tentativa de assegurar o direito à educação na fase da alfabetização escolar. O objetivo é constituir uma política educacional atenta à permanência dos alunos na escola. Contudo, o professor deixa de ser um “consumidor” de ideias e desenvolve um “olhar” investigativo, tornando-se um pesquisador/autor da própria prática.

O programa se baseia na ideia de Regime de Colaboração da EC nº 59 de 2009, na qual o Art. 211 da Constituição prevê no seu § 4º, o envolvimento direto da União com a

universalização do ensino obrigatório. Tal premissa fundamenta a decisão dos implementadores do PNAIC em torná-la uma “política universal”, portanto acessível para maioria dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental (1º, 2º e 3º ano), o Ciclo de Alfabetização. Esta política representa a busca pelo “direito de aprender” e a garantia da redução da desigualdade escolar no acesso à educação pública. Diferente de uma política que se destina somente para alunos que mostram baixo desempenho escolar, o PNAIC tornou-se uma proposta para alunos que se encontram em uma faixa etária, garantindo o “direito” de ampliação da escolarização.

O direito à educação mobiliza processos de organização de políticas educacionais que suscitam processos formativos por meio de cursos, inserindo “conteúdos” sobre direitos humanos nas práticas pedagógicas locais. Conforme Candau (2008), uma formação em direitos humanos se caracteriza justamente por uma oportunidade de oferecer para os professores as bases conceituais e pedagógicas que “melhor lhe dotem de instrumentos para lidarem com as diversidades, a partir da compreensão de que o reconhecimento e o respeito ao pluralismo representam grandes oportunidades de aprendizado, numa perspectiva de emancipação” (p.293), transformando concepções, comportamentos e práticas cotidianas.

Tal posicionamento vem sendo debatido no PNAIC do estado do Rio de Janeiro. Para os professores, há necessidade de apresentação e apreciação das práticas pedagógicas, relacionando os aspectos políticos presentes nas propostas acadêmicas da Universidade pública com aspectos pedagógicos e didáticos constituídos na trajetória profissional dos professores da Escola Básica.

Esta perspectiva significa a constituição de novos paradigmas para formação continuada. Se antes era preciso evitar os significativos índices de retenção escolar, agora a formação traz o estudo coletivo das necessidades dos alunos, não se restringindo a assessorias ou consultorias pedagógicas, mas em espaço para autonomia e reflexões de professores. Estes reivindicam, como lugar da formação, um diálogo horizontal entre diferentes participantes.

Daí indagar o que se propõe para os professores: reinventar ou transformar? Vale atentar para os limites de uma política de formação continuada: Como auxiliar os municípios na estruturação e mobilização de políticas locais destinadas ao direito à educação, pois “criar uma política pública, não é simples”, como sinalizou uma professora.

Os municípios brasileiros se tornaram entes federados em 1988, contudo a constituição de políticas locais para alfabetização escolar exige clareza sobre seus objetivos, finalidades e garantia do direito à educação. Tal processo demanda preocupação com uma

escola inclusiva e traz alguns desafios: Como mobilizar uma estrutura administrativa, financeira e pedagógica para desenvolver um “olhar inclusivo”? Qual é a percepção dos professores sobre direito à educação?

Conclui-se assim, a necessidade de instituir debates baseados na garantia do direito à educação, pois os professores mostram inquietação com as descontinuidades das políticas educacionais, porque a quebra precariza a constituição de uma política municipal inclusiva.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em direitos humanos: questões pedagógicas. In BITTAR, Eduardo C. B. (Coord). **Educação e Metodologia para os Direitos Humanos**. São Paulo: Quartier, 2008.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

PAIVA, Vanilda. A rua invade a escola: o ensino popular de massa e a profissão de professores. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Ministério da Justiça. **IV Conferência Mundial da Mulher**, 1995 p. 55-61. (mimeo)

PAIVA, Vanilda; GUIMARÃES, Eloisa; PAIVA, Elizabeth; DURÃO, Anna Violeta. “Revolução educacional e contradições na massificação do ensino”. In: QUINTEIRO, Jucirema (org). A realidade nas escolas nas grandes metrópoles. **Revista Contemporaneidade e Educação**. Instituto de Estudos da Cultura e Educação Continuada (IEC). Rio de Janeiro: ano III, Nº 03, 1998, pp. 8-33.

SACAVINO, Suzana. Educação em direitos humanos e democracia. In: CANDAU, Vera; SACAVINO, Suzana. **Educar em direitos humanos: construir democracia**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.